

• Constituinte

SEGUNDO TURNO

# CUT inicia campanha de mobilização para manter direitos sociais

por Ricardo Balhazar de São Paulo

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançou na sexta-feira uma campanha nacional de mobilização para tentar garantir, no segundo turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte, os direitos sociais já conquistados na primeira etapa de elaboração da nova Carta. Essa campanha será conduzida por manifestações, passeatas, panfletos e outras publicações, paralisações simbólicas de uma hora ou minutos nas fábricas e pela pressão direta sobre os constituintes, em Brasília.

"Todas as conquistas estão ameaçadas de ser retiradas", disse o presidente da executiva nacional da CUT, Jair Meneguelli. Estão planejadas para o esquema de sustentação da campanha visitas às casas dos constituintes que assinaram as emendas que suprem direitos sociais aprovados no primeiro turno. E na segunda-feira deverá ficar pronta uma carta com foto, nome, endereço e telefone de todos esses constituintes — semelhante ao que a CUT lançou no ano passado com os principais líderes do "Centrão" e que chamou de "Traidores do povo".

A estratégia de pressão sobre os parlamentares não esquece das eleições municipais de novembro deste ano — nas quais cerca de um terço dos constituintes terão participação ativa, como candidato ou não. Para o cartaz que está sendo imaginado, a CUT pensa neste título: "Querem suprimir nossos direitos. Vamos suprimir-lhes um próximo mandato". Meneguelli, no entanto, não se mostrou muito otimista com as chances de sua campanha obter resultados positivos para os trabalhadores. "Não acho que argumentos surtam mais efeitos do que dólares", afirmou, irônico.

A CUT quer a manuten-

ção de dez pontos principais: direitos de greve, jornada de seis horas para turnos de revezamento, licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade, imprescritibilidade dos direitos trabalhistas aos cinco anos, igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos, direitos de sindicalização para funcionários públicos, proteção ao emprego, mandado de injunção e aposentadoria para os trabalhadores rurais. Para isso, também quer levar a campanha para dentro dos movimentos trabalhistas que estão em curso — como a greve dos Correios em São Paulo, dos professores do Rio e dos funcionários do Banco do Brasil (BB).

**REFORMA AGRÁRIA**

Ao mesmo tempo, tentará derrubar seis itens da nova Carta: a manutenção do imposto sindical compulsório até nova regulamentação, a unidade sindical e o sistema confederativo definidos em lei, a proibição da desapropriação de terras "produtivas" para fins de reforma agrária, o repasse de verbas públicas para entidades privadas nas áreas de saúde e educação e o prazo de dois anos para aplicação das mudanças introduzidas no sistema de previdência social.

**CALENDÁRIO DE AVALIAÇÃO**

Na reunião de mais de três horas entre Meneguelli, sindicalistas filiados e representantes regionais da CUT, na sexta-feira, quando se decidiu lançar a campanha, também foi marcado um calendário de encontros para avaliação da mobilização em torno do segundo turno. Nos dias 28 e 29, a executiva nacional se reúne em São Paulo, e, nos dias 30 e 31, a direção nacional da entidade faz sua avaliação em São Bernardo do Campo.

# Ulysses busca acordos antes do reinício das votações

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Nesta segunda-feira deve ser realizada a primeira sessão de votação do segundo turno da Assembleia Nacional Constituinte, caso estejam no plenário pelo menos 280 parlamentares, número mínimo exigido para votar e também para aprovar as emendas destacadas. Antes da sessão, os líderes partidários reúnem-se pela manhã com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, com o objetivo de buscar acordos sobre os temas polêmicos.

O projeto constitucional aprovado no primeiro turno da Assembleia e revisado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), chamado de projeto "B", é o texto-base dessa segunda rodada. Ele será votado em bloco pelo plenário. Depois vão ser votadas individualmente as emendas que foram destacadas e entregues à mesa da Assembleia Constituinte até a meia-noite da última sexta-feira. (Até as 18 horas de sexta-feira, a mesa havia recebido

de 1.634 pedidos de destaque, sendo o número máximo permitido de 2.236.)

A ordem de votação das emendas destacadas seguirá a numeração dos artigos do projeto "B". Dentro desse critério, serão votadas em primeiro lugar as emendas que suprimam um artigo inteiro e posteriormente outras emendas que se refiram ao mesmo artigo, mas que estabeleçam supressões parciais.

Como foram destacadas, em alguns casos, várias emendas sobre um mesmo artigo, elas serão votadas de acordo com a ordem de apresentação dos destaques à Mesa da Constituinte. Nesse aspecto, leva vantagem a liderança do PMDB, que é autora dos primeiros 98 pedidos registrados pela Mesa.

Entre as emendas que o PMDB destacou para serem votadas individualmente pelo plenário, nove se referem a temas polêmicos que ainda podem ser alterados no texto da nova Constituição.

O líder do partido na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), é o autor

de três destas emendas polêmicas. Pelas propostas do líder pemedebista, as propriedades rurais produtivas serão passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária; os funcionários públicos terão de prestar concurso para exercer qualquer função e serão corrigidas monetariamente as dívidas das empresas em liquidação extrajudicial com qualquer órgão público.

No projeto "B", a reforma agrária não atinge as propriedades produtivas, só é exigido concurso para o primeiro cargo ou emprego público exercido pelos cidadãos e a correção monetária atinge apenas as dívidas das empresas em liquidação extrajudicial com o Banco Central e o extinto Banco Nacional da Habitação, hoje vinculado à Caixa Econômica Federal.

Outra emenda polêmica destacada pelo PMDB é de autoria do deputado Paulo Macarini (SC). Ela transfere para as Disposições Transitórias o limite de 12% para as taxas anuais de juro.

Essa emenda recebeu parecer contrário do relator Bernardo Cabral. Em relação ao limite dos juros, Cabral acolheu a emenda de outro pemedebista, o deputado gaúcho Luis Roberto Ponte, um dos líderes do grupo conservador "Centrão", que está desligado da liderança do partido. A emenda de Ponte deixa a definição da taxa de juros para a legislação complementar.

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) destacou uma emenda que retira da nova Constituição a possibilidade de o Poder Legislativo dar moção de discordância a depoimentos de ministros, o que é considerado um instituto parlamentarista.

Outras emendas destacadas pela liderança do PMDB transferem para a legislação ordinária a definição das atividades essenciais onde não podem ser feitas greves e a regulamentação da preferência para as empresas brasileiras de capital nacional nas concorrências públicas para a prestação de bens e serviços ao Estado.

# Governo traça sua estratégia

por Mariângela Hamu de Brasília

Com as estimativas finais nas mãos, encaminhadas ao Palácio do Planalto na última sexta-feira, o governo começou a traçar a estratégia que empregará durante o segundo turno dos trabalhos da Constituinte, a partir desta segunda-feira, para reduzir o impacto que as decisões contidas na nova Carta provocarão nas contas públicas: usar todos os meios de que dispõe — rádio, televisão, documentos de análise e muita conversa com cada parlamentar — para convencê-los, e ao País, dos "perigos" que elas representam. Certo das dificuldades

cada vez maiores que encontrará para colocar em plenário os 280 votos necessários à aprovação de cada uma das emendas supressivas que está patrocinando — e que serão encaminhadas através de suas lideranças —, o governo pretende mobilizar também a população, alertando-a para a situação de "ingovernabilidade" em que o País poderá mergulhar no futuro próximo.

São mais de C\$ 3,5 trilhões, indica uma das estimativas encaminhadas pelos técnicos da área econômica do governo ao Planalto na tarde de sexta-feira, data prevista para que o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da

Presidência da República (Seplan), João Batista de Abreu, entregasse ao presidente José Sarney uma análise revisada dos números do impacto, originalmente apresentados durante uma reunião com lideranças políticas no início da semana.

"A avaliação que o governo está fazendo não é egoísta, voltada apenas para as dificuldades que o presidente Sarney enfrentará até o final do seu mandato. O Palácio do Planalto está trabalhando com a perspectiva de governabilidade do País também depois de março de 1990", disse a este jornal o porta-voz do presidente, jornalista Carlos Henrique Santos, ao

comentar as afirmações do ministro da Previdência Social, Renato Archer, de que o seu ministério teria condições de atender às novas exigências da Constituinte.

**CONTAS DA SEPLAN**  
No levantamento feito pela Seplan, a área da Previdência Social seria duramente afetada pelas decisões dos constituintes, e somente dos artigos se, se for mantido como está, custará aos cofres públicos mais de C\$ 1 trilhão. Com o perdão financeiro, previsto por outro artigo, seriam gastos C\$ 377 bilhões e, com o perdão fiscal, multas e juros de mora, mais C\$ 750 bilhões.

"Para evitar estes gastos, o governo fará todos os esforços possíveis para esclarecer não apenas os constituintes, mas também o povo, dos perigos que representam estas decisões", disse Carlos Henrique, momentos antes de deixar o Planalto em direção à Base Aérea de Brasília, onde desembarcaria de uma viagem ao Ceará, no início da noite, o presidente Sarney. Ainda na base aérea, o presidente deveria receber das mãos do ministro João Batista de Abreu o documento conclusivo com os números do impacto.

Somente com a reforma tributária já aprovada no texto constitucional, e que, tecnicamente, não poderá sofrer reparos durante os trabalhos do segundo turno da Constituinte, a União perderá 17% do total de suas receitas. Para compensar essa perda, que começará a sofrer seis meses depois de promulgada a nova Constituição, o governo está estudando a suspensão de dois mil projetos previstos no orçamento da União, em fase de reestudo, e que deverá ser encaminhada ao Congresso até o final de agosto.

**REDUÇÃO DE DESPESAS**

Com a transferência induzida de encargos, que constará do novo orçamento, o governo pretende reduzir em 27% as despesas da União, numa tentativa de equilibrar suas contas a partir desta nova partilha de rendas públicas, determinada pela Assembleia Nacional Constituinte. "Temos que adaptar a União à nova realidade estabelecida pela nova Carta", afirmou a este jornal o ministro João Batista de Abreu.

# Multinationais divulgarão dados sobre remessas de lucros ao exterior

por Sérgio Garschagen de Brasília

Em 39 anos de atividades no País — entre 1947 e 1988 — as empresas multinacionais remeteram para as suas matrizes, em forma de lucros e dividendos diretos, um total de US\$ 9,6 bilhões. Em 1985, só de juros da dívida externa o governo brasileiro pagou US\$ 11,5 bilhões.

Esses dados serão divulgados na campanha que vinte empresas de capital estrangeiro realizarão na segunda-feira, através de um filme publicitário a ser veiculado em cadeia nacional de televisão, às 20h30, com o objetivo de sensibilizar a Assembleia Nacional Constituinte sobre as vantagens do capital de risco externo.

O filme, com 10 minutos de duração, é baseado em um documentário feito no ano passado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), informou na sexta-feira a este jornal, o diretor-presidente da Xerox do Brasil, Henrique Sérgio Gregory. Juntamente com o presidente da Shell, Robert Antony Broughton e outros dirigentes de multinacionais, Gregory esteve na quinta-feira no Palácio do Planalto para comunicar oficialmente o governo sobre a projeção do filme e convidar o presidente José Sarney a assisti-lo. Em nenhum momento os empresários pediram ao presidente para participar da fita, afirmou o presidente da Xerox.

As vinte multinacionais vão pagar à rede de TV um total de US\$ 1,5 milhão, sendo US\$ 500 mil referentes às chamadas publicita-



Robert Antony Broughton

rias, neste final de semana. Não está incluído neste total o custo do filme, feito pela agência MPM.

**DADOS ESTADÍSTICOS**  
Henrique Gregory informou ainda, que, após a campanha o País ficará sabendo ainda que a produtividade das multinacionais é cinco vezes superior à média das empresas estatais. E que 28% das exportações industriais do Brasil são de responsabilidade das empresas estrangeiras, que pagam salários 30% superiores à média das indústrias privadas e empresas estatais nacionais e empregam 8,5% da mão-de-obra industrial. Do faturamento global das indústrias, 23% são das multinacionais, que se responsabilizam ainda por um quarto da produção industrial nacional.

"O nosso objetivo é demonstrar com esses dados que o capital de risco externo é bem mais vantajoso para o Brasil que a captação de empréstimos", concluiu o presidente da Xerox do Brasil.

# Campanha inclui quatro anúncios impressos

por Janice Menezes do Rio

"O Brasil é um excelente negócio para o mundo. O mundo é um excelente negócio para o Brasil." Esse é um dos "slogans" da campanha que as multinacionais começaram a veicular nesta segunda-feira, visando derrubar alguns artigos da Constituinte que, segundo elas, discriminam o capital estrangeiro no País.

Além do programa em cadeia nacional de televisão no horário nobre, as empresas promovem quatro anúncios na mídia impressa. Um deles mostra o Banco do Brasil, na França; a Mendes Júnior, no Iraque; a Vale do Rio Do-

ce, nos EUA; a Petrobrás, em Angola; a Gomes de Almeida, nos Estados Unidos; a Rede Globo, em Monte Carlo; o Pão de Açúcar, em Portugal; e a Giovanna Baby, nos Estados Unidos.

Os anúncios nos jornais e revistas serão veiculados na quarta, quinta e sexta-feira desta semana. As multinacionais querem sensibilizar a opinião pública.

Toda publicidade tem o apoio assinado da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional das Associações Comerciais.

# Jobim não acredita em muitas supressões

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Na opinião do líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), o grupo conservador "Centrão" — do qual fazem parte muitos pemedebistas — terá dificuldades para aprovar, na segunda rodada de votação da Assembleia, os quinze temas que pretende alterar no texto constitucional resultante do primeiro turno.

"Creio ser muito difícil modificar o que já está aprovado", disse Jobim, na última sexta-feira. Ele argumentou que "no primeiro turno de votação da Constituinte o texto do 'Centrão' tinha preferência e, para alterá-lo, os demais grupos da Assembleia ti-

nam que conseguir 280 votos. Agora a situação se inverteu e é o 'Centrão' que vai precisar somar 280 votos para modificar o texto".

Para o líder pemedebista, a negociação sobre os temas polêmicos que ainda podem ser modificados na nova Constituição, "têm que ser encarada com naturalidade, incluindo as conversas com o 'Centrão'". A primeira reunião oficial dos líderes da Constituinte com o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, será realizada na manhã desta segunda-feira, antes da primeira sessão de votação do segundo turno.

Jobim não criticou a articulação do "Centrão" junto ao Palácio do Planalto para modificar o texto constitucional. "Este processo é legítimo e democrático", comentou.

As declarações do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), de que o segundo turno deveria ser adiado para depois das eleições municipais do próximo mês de novembro foram severamente rebatidas pelo líder do PMDB, fiel à orientação do presidente da Constituinte de promulgar a nova Constituição o mais rápido possível.

AGENDA	
<b>SEXTA-FEIRA</b>	<b>SEGUNDA-FEIRA</b>
• PRAZO PARA DESTAQUES — Terminou à meia-noite da última sexta-feira o prazo para a apresentação de destaques das emendas que serão votadas individualmente no segundo turno da Assembleia Constituinte. As emendas destacadas serão divididas pelos técnicos da mesa da Constituinte seguindo a ordem do texto aprovado no primeiro turno.	• VOTAÇÕES — Começa nesta segunda-feira o segundo turno de votação da Constituinte. Pela manhã, os líderes partidários reúnem-se com o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, para tentar fechar acordos sobre os temas polêmicos. Está marcada sessão de votação para as 14h30.

**MADEF S.A. Indústria e Comércio**  
C.O.C.M.F. N. 92.298.11/0001-01  
COMPANHIA ABERTA

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADO**

Convocamos os Senhores Acionistas da MADEF S/A — INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede da sociedade, na Rua Liberdade nº 1315, na Cidade de Canoas — RS, às 14:30 horas do dia 03 de agosto de 1988, para deliberarem sobre a seguinte

**ORDEM DO DIA:**  
Aprovar a renúncia do Presidente do Conselho de Administração e sua recomposição.  
Canoas, 22 de julho de 1988.  
CARLOS DIX SILVEIRA  
Presidente do Conselho de Administração